O ritual dos pajés pelas patentes

Governo convoca sacerdotes de tribos indígenas da Amazônia para acabar com biopirataria e estabelecer royalties

ABNOR GONDIM

BRASÍLIA — As ruas estreitas de São Luís, margeadas pelos sobrados coloniais de frente azulejada e sacadas de ferro, vão ser invadidas por pajés das principais etnias indígenas da Amazônia na primeira semana de dezembro.

Depois de 467 anos da colonização portuguesa, entremeada por um curto ciclo de ocupação francesa, a capital do Maranhão vai servir de palco ao primeiro ritual do Estado brasileiro para regular os direitos indígenas sobre a mercadoria mais cara da sociedade moderna: a propriedade do conhecimento.

A reunião é promovida pelo Instituto Nacional de Propriedade

de Industrial (Inpi), órgão governamental encarregado da proteção de direitos sobre patentes, marcas e processos de produção. Sob crescente pressão de organizações não-governamentais, o governo decidiu agir para limitar a ação de empresas estrangeiras na Amazônia, cujos lucros florescem a partir dos resultados de pesquisas genéticas no lado brasileiro da a selva úmida tropical.

A base dessas investigações científicas é o conhecimento acumulado pelas tribos indígenas locais, usado em ritos seculares. Multiplicam-se as evidências de que boa parte das espécies vegetais encontradas na floresta amazônica tem aplicação na medicina. Sobre tudo na produção de remédios anti-vi-

rais, a nova fronteira de investimentos da indústria farmacêutica mundial.

Há quem defina isso de "garimpagem genética". Outros classificam como "biopirataria". Para as empresas é somente boa oportunidade de lucro com baixo risco. O patenteamento genético de espécies amazônicas ainda é livre porque o Brasil, proprietário de metade da selva, possui regras jurídicas claras sobre o acesso e a proteção comercial desse patrimônio. Para o governo, chegou a hora de fixar regras sobre os direitos dos índios.

O encontro de pajés promovido pelo Inpi é o primeiro passo no sentido de obrigar as empresas nacionais ou estrangeiras

a pagar dividendos (royalties) pela exploração dos recursos genéticos e pelos benefícios comerciais decorrentes de uso do conhecimento indígena tradicional.

A proliferação de pesquisadores da indústria farmacêutica na Amazônia sugere o início de uma corrida empresarial pelo mapeamento genético de plantas usadas na medicina indígena ou referenciadas em trabalhos científicos já publicados. Como em toda pesquisa, trata-se de uma aposta, mas com razoáveis margem de êxito para descoberta de moléculas-chave que comandem a síntese de substâncias do tipo interferon (droga capaz de conter o desenvolvimento de infecções virais), ou ainda, que atuem co-

mo fator de necrose tumoral — isto é, que levem à destruição de células cancerosas, com menor efeito colateral sobre o corpo humano do que os quimioterápicos disponíveis no mercado.

Em São Luís, técnicos do Inpi esperam iniciar a montagem de um banco de dados sobre a processos e produtos tradicionalmente usados pelos chefes espirituais indígenas. O acervo ficará aberto à pesquisa. Em troca, as comunidades indígenas receberão royalties pela utilização comercial de seu conhecimento. É factível. A Venezuela, que detém uma fatia da Amazônia e faz fronteira com o Brasil, já catalogou em um banco de dados do Estado mais de 9.000 referências fornecidas pelos índios.

O presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), José Graça Aranha, decidiu promover a reunião de pajés durante Seminário Internacional sobre Propriedade Intelectual, realizado em setembro passado em Manaus (AM). Lá, estiveram representantes de 37 países discutindo propriedade intelectual sobre a biodiversidade, de, aquele mundo formado por plantas, fungos e micro-organismos sujeitos a processos industriais. "O sistema atual de patentes beneficia apenas os países detentores de tecnologia", critica José Graça Aranha. "A balança é extremamente desfavorável aos detentores da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais."

Estímulo à pesquisa legalizada

O armazenamento de dados da cultura indígena vai ajudar a ampliação das pesquisas científicas na Amazônia, que ficarão legalizadas. "Um pesquisador gasta de 10 a 15 anos para descobrir as utilidades de uma planta", observa Marcos Terena, coordenador de direitos indígenas da Fundação Nacional do Índio (Funai). "Se ele conversar com um pajé pode economizar esse tempo", diz Terena, com apoio de Thaimy Marques, diretora-geral do Serviço de Proteção Industrial da Venezuela.

O cerco à biopirataria no Brasil está levando o governo, também, a criar mecanismos de regulação da pesquisa de recursos naturais. No final deste mês, deverá ser instalado o Conselho Nacional de Recursos Genéticos, com a missão de disciplinar o acesso e o uso dos recursos genéticos nativos por instituições e empresas.

Na reunião de São Luís será a checagem científica das informações dos pajés. Há casos conhecidos de insucesso de curas indígenas, como ocorreu com um dos curandeiros mais conhecidos do país, Sapain, da tribo Kamaiurá, no Alto Xingu (MT).

Em janeiro de 1986, Sapain comandou uma cerimônia para curar Augusto Ruschi, o maior especialista do mundo em beija-flores. Ruschi dizia ter sido contaminado, dez anos antes, pelo veneno de um sapo do tipo dendrobata. Após o ritual, Ruschi disse estar curado e voltou a trabalhar. Mas piorou e morreu seis meses depois. Alguns médicos consideram que o envenenamento não passara de fantasia de um cientista-guerrilheiro da proteção ambiental. Para esses, Ruschi sofreu uma aguda cirrose vírica e morreu por causa dela.

A trilha da biopirataria

Como as plantas e os animais da Amazônia se transformam em fonte de lucros para as multinacionais, a partir do uso do conhecimento indígena tradicional

1 Na forma mais tradicional da biopirataria, amostras vegetais ou animais são apanhadas em seu próprio habitat, principalmente na floresta amazônica. Em locais de difícil acesso, eles recrutam a ajuda de madeireiros ou nativos para a coleta

3 Em seguida, as amostras coletadas por grupos estrangeiros são contrabandeadas para Estados Unidos e Europa, onde laboratórios multinacionais realizam análises e sintetizam as substâncias

2 As amostras são levadas para grandes cidades, como Manaus, Belém, Rio de Janeiro e São Paulo, onde são realizadas pesquisas preliminares. Esse mesmo caminho é percorrido pelas substâncias coletadas de forma semi-artesanal que são vendidas em mercados e feiras livres para uso medicinal

4 Patenteadas, voltam para o Brasil na forma de medicamentos, cosméticos e outros produtos industrializados

História
Desde o final do século XIX, há notícias sobre biopirataria principalmente na Amazônia. O caso mais difundido foi a retirada de sementes de seringueiras que foram levadas para plantações desenvolvidas por ingleses na Malásia. O contrabando acabou com o virtual monopólio brasileiro do látex, usado na produção de borracha e empregado em larga escala pela indústria automobilística na produção de pneus

O que sai da Amazônia

Ayahuasca

Planta usada por tribos da Amazônia e em rituais de grupos como o Santo Daime, foi patenteado nos EUA por um laboratório, que, no entanto, não conseguiu autorização para utilizá-la comercialmente

Curare

Extrato vegetal que, entre algumas tribos indígenas, serve como veneno para pontas de flechas. Nos EUA, virou base para relaxantes musculares vendidos em larga escala por três laboratórios multinacionais

Captopril

Substância encontrada no veneno da cobra jararaca, combate doenças relacionadas a hipertensão e também rende royalties para um laboratório americano, que detém sua patente

Aposta nos limites da legislação

Em alguns países é permitido o registro da patente integral de uma planta ou de um animal, mesmo humano. Nos Estados Unidos, há quatro anos, houve um pedido de patente para um tipo de mulher (apelidada em inglês de pharm-woman) capaz de produzir leite rico em proteínas e outras substâncias de utilidade de farmacêutica.

No Brasil, empresas de biotecnologia discutem internamente a possibilidade de interpretar e testar os limites da legislação sobre recursos genéticos.

Advogados especializados procuram brechas jurídicas para realizar, quando a empresa julgar conveniente, o patenteamento virtual de uma espécie vegetal ou animal manipulada em laboratório.

O caminho da chamada patente virtual, dentro da lei, começaria no registro de microorganismos, genes e componentes da nova planta ou a animal. Seguiria pelo registro dos processos de engenharia genética vitais para manipulação ou obtenção do produto biológico.

É aí que, em tese, estaria a chave da patente integral, embora virtual: empresas e consultores especializados julgam possível considerar que a proteção da lei para as patentes de processos laboratoriais ou industriais é extensiva aos direitos sobre o produto.

Assim, por meio do registro de um princípio ativo extraído de uma planta ou de um gene manipulado em laboratório, uma empresa poderia se candidatar a obter no Brasil a "patente virtual" de toda uma espécie vegetal ou animal. Mesmo que esse produto, pela letra da lei, não seja diretamente patenteável, como seria o caso da mulher norte-americana capaz de produzir leite útil à indústria farmacêutica.

O homem que queria ser dono do chá sagrado

Loren Miller, da International Plant, foi declarado inimigo dos índios por registrar patente de um cipó alucinógeno

É possível imaginar uma tribo indígena registrando a patente mundial da hostia que os católicos usam no ritual da missa? Ou se tornando proprietária dos direitos de licenciamento sobre o processo kosher que os judeus usam para purificar seus alimentos?

Loren Miller, presidente da International Plant Medicine Corporation, empresa com sede na Califórnia, tentou algo parecido. Requisitou a patente de uma planta tropical considerada sagrada e usada há pelo menos quatro séculos em rituais religiosos por mais de 300 tribos in-

dígenas da Amazônia.

Ela é conhecida como Oasca (Ayahuasca, em espanhol). Nos catálogos de botânica tropical leva o nome de Banisteriopsis caapi. Trata-se de um cipó amazônico com propriedades terapêuticas, de efeitos alucinógenos, por isso mesmo dentro das tribos só os pajés têm direito à manipulação.

Desde os anos 30, seitas como o Santo Daime o adotaram. Distribuem aos fiéis na forma de chá, como sacramento na "purificação".

O empresário Miller acabou declarado "inimigo público" pelo

Conselho de Organizações Indígenas da Amazônia, que tem sede em Quito (Equador) e representa tribos de nove países da região.

Decreto — "Proíbe-se a sua entrada e a de qualquer funcionário ou técnico da International Plant Medicine Corporation em qualquer comunidade indígena amazônica, sem responsabilidade pelas consequências para sua integridade física que possa ter o desconhecimento desta resolução" — decretou a entidade em comunicado, divulgado há três anos.

O conselho indígena pediu a

anulação da patente em tribunais dos Estados Unidos. Miller ganhou, mas não levou, segundo a Amazon Alliance, uma das entidades que defenderam os direitos dos índios no processo.

Segundo a Alliance, ele não poderá usar a patente para fins comerciais. O tipo de patente obtido seria limitado ao uso científico. A entidade acha que ele errou ao selecionar o tipo de patente para registro. Miller não foi localizado para comentar a decisão do Escritório de Patentes, equivalente do Inpi.

O processo se arrastou por 11

anos, desde que a International Plant pediu registro de uma suposta variedade da ayahuasca obtido em experiências próprias. "A variedade da ayahuasca, apontada como descoberta dele em experiência particular, já era usada pelos índios", sustenta a brasileira Heloísa Griggs, assessora da Alliance.

Em uma chácara a 40 km de Brasília, a funcionária do Senado Liege Lemos de Sousa usa o chá do cipó para tratar índios atingidos por alcoolismo. Ela se define como uma pajé-branca. Costuma recomendar o chá como excelente desintoxicante.